

# PERCEPÇÕES EMPRESARIAIS SOBRE A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE EM ALEGRETE/RS

## 1 RESUMO

Este artigo analisa as percepções dos empresários do município de Alegrete/RS sobre certificação ambiental, por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A pesquisa teve como objetivo compreender, por meio de questão aberta, como os empresários definem a importância de uma empresa certificada ambientalmente para a construção de um futuro sustentável para o município. Foram aplicados questionários semiestruturados a trinta empresas de diversos setores, e as respostas foram agrupadas em seis categorias centrais: Compromisso com o Futuro, Modelo e Inspiração, Sustentabilidade Local, Benefícios Econômicos, Estrutura e Apoio Governamental e Importância Genérica.

A análise revelou que os empresários consideram a certificação ambiental como uma ação fundamental para garantir a sustentabilidade a longo prazo, com destaque para a responsabilidade ética e a importância de criar um modelo a ser seguido por outras empresas. Além disso, a certificação foi associada a benefícios econômicos, como incentivos fiscais e melhoria da imagem corporativa. No entanto, foi possível identificar uma lacuna no apoio governamental para a implementação de ações sustentáveis.

Os resultados sugerem que, apesar do reconhecimento da importância da certificação, há a necessidade de mais incentivos e suporte por parte das políticas públicas para garantir a efetividade das práticas sustentáveis nas empresas locais.

**Palavras-chave:** Certificação ambiental. Percepção dos empresários. Políticas públicas.

## 2 INTRODUÇÃO

O mundo pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo aumento das preocupações com a radiação decorrente dos temores nucleares e pelo surgimento de novas formas de poluição. Em 1962, o movimento ambientalista ganhou impulso com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, obra em que a autora alertou para os riscos dos pesticidas sintéticos na agricultura, ressaltando a necessidade de preservar os ecossistemas para proteger a saúde humana e o meio ambiente (ONU, 2020).

Com a evolução das tecnologias e a intensificação da degradação ambiental, o tema ganhou crescente visibilidade nos meios de comunicação, acompanhando a ampliação da consciência ecológica da sociedade. Relatado pela ONU (2020), essa preocupação global culminou na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo.

Desde então, a busca por soluções inovadoras para promover a sustentabilidade tornou-se cada vez mais urgente. O termo “sustentabilidade”, do latim *sustentare* (“sustentar, manter”), remete à capacidade de preservar recursos ao longo do tempo. Para Feil (2017), trata-se da habilidade de suprir as necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações, essência do desenvolvimento sustentável. Mastrodi (2021) enfatiza que a transição global rumo à sustentabilidade depende de políticas públicas eficazes que orientem a sociedade diante de desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e a degradação dos ecossistemas.

Inserido nesse contexto, o município de Alegrete/RS instituiu a certificação ambiental municipal “Empresa Sustentável”, destinada a reconhecer e valorizar práticas que vão além das obrigações legais. A pesquisa aqui apresentada investiga como o empresariado local percebe a

importância do instrumento para o desenvolvimento sustentável do município, oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas podem ser entendidas como instrumentos voltados ao enfrentamento de problemas coletivos. Segundo Secchi (2019), elas são “diretrizes elaboradas para lidar com questões de interesse comum, caracterizadas pela intencionalidade pública e pela busca de soluções coletivas”. Para Bucci (2022), constituem uma ponte que transfere os direitos sociais da dimensão abstrata para a concreta, por meio de sua implementação prática.

A sustentabilidade ambiental relaciona-se ao uso consciente dos recursos naturais. Para Feil e Schreiber (2017), trata-se da habilidade de atender às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas. Silva (2021) observa que as emissões urbanas de gases de efeito estufa são fortemente associadas às atividades econômicas, reforçando a necessidade de políticas eficazes.

No campo empresarial, práticas ESG consolidam-se como estratégia competitiva. Conforme Macedo et al. (2022), a adoção de tais práticas resulta em “melhoria da imagem corporativa, fortalecimento da confiança dos investidores, atração e retenção de talentos e aprimoramento do desempenho financeiro”. Penna et al. (2022) reforçam que empresas brasileiras utilizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para gerar valor compartilhado e reduzir impactos negativos.

A certificação ambiental surge como mecanismo de incentivo a práticas sustentáveis. França et al. (2019) argumentam que os selos ambientais não apenas reconhecem esforços das empresas, mas também criam uma cultura de responsabilidade ambiental. Para Meirelles et al. (2022), o marketing verde, aliado à certificação, fortalece a imagem institucional e a reputação organizacional. Ferreira (2024) destaca, entretanto, que é essencial evitar práticas de *greenwashing*, garantindo transparência e autenticidade.

Experiências brasileiras demonstram a viabilidade de certificações locais. Em Sertãozinho/SP, a Lei nº 7.235/2023 regulamentou a concessão de um selo ambiental municipal, estabelecendo critérios claros. Secchi (2022) reforça que o benchmarking de experiências bem-sucedidas permite adaptar boas práticas a diferentes realidades locais, como no caso de Alegrete.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, voltada a apreender percepções subjetivas de empresários locais sobre a importância da certificação ambiental. Foram aplicados questionários semiestruturados a trinta empresas de diversos setores econômicos, como comércio, serviços, alimentação e infraestrutura.

A amostragem foi intencional por conveniência, composta por empresas que já possuíam vínculo prévio com o pesquisador. Essa estratégia metodológica se justifica pela facilidade de acesso às organizações e pela relação de confiança estabelecida, ampliando a profundidade dos dados coletados.

Para análise das respostas abertas, foi empregada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). As falas foram agrupadas em unidades de sentido, permitindo a construção de seis categorias interpretativas centrais: Compromisso com o Futuro, Modelo e Inspiração, Sustentabilidade Local, Benefícios Econômicos, Estrutura e Apoio Governamental e Importância Genérica.

## 4 RESULTADOS

A categorização das respostas revelou diferentes percepções sobre a certificação ambiental em Alegrete/RS (Quadro 1).

Quadro 1 Categorização das respostas abertas sobre a importância da certificação ambiental para o futuro sustentável

<b>Categoria</b>	<b>Palavras-chave e Respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Descrição/Interpretação</b>
Compromisso com o Futuro	“Compromisso com o futuro”, “Fundamental”, “Necessária”, “Responsável”, “Compromisso com a proteção do meio ambiente”, “Responsabilidade e conscientização”, “Responsabilidade”	11	Demonstra forte percepção de que empresas certificadas são agentes comprometidos com a construção de um futuro sustentável. A ideia de responsabilidade ambiental é central.
Modelo e Inspiração	“Modelo e inspiração”, “Empresa contemporânea, com visão de mercado”, “Consciente e atual”	3	Indica que empresas certificadas são vistas como referências a serem seguidas por outras, reforçando o papel indutor da sustentabilidade no tecido econômico e social local.
Sustentabilidade Local	“Alegrete mais limpo para as próximas gerações”, “Desenvolvimento do mercado local”, “Contribuição para um ambiente saudável”	4	As respostas sugerem que a certificação ambiental pode trazer benefícios concretos à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável local.
Benefícios Econômicos	“Necessário desde que exista benefícios fiscais”, “Incentivos fiscais correspondem a diminuição de custos...”, “Melhoria de imagem”, “Muito importante e necessário”	5	Categoria que vincula a importância da certificação à lógica econômica. Indica que os incentivos fiscais e benefícios tangíveis podem aumentar a adesão empresarial à certificação.
Estrutura e Apoio Governamental	“Que se apoie a empresa, orientando claramente o que é necessário para estar dentro das normas”, “Precisamos de estrutura na cidade...”	2	Demonstra que, apesar da valorização da certificação, há uma percepção de ausência ou insuficiência de apoio público para implementar ações sustentáveis nas empresas locais.
Importância Genérica	“Importante”, “Extremamente importante”, “Crucial”, “Relevante e necessário”, “Necessário e importante”	6	Categorias de respostas com forte carga valorativa, mas pouco detalhamento específico. Ainda assim, revelam o reconhecimento da relevância do tema pelas empresas participantes.

Fonte: Os autores.

1. Compromisso com o Futuro – 11 respostas destacaram a certificação como responsabilidade ética e fundamental para garantir sustentabilidade a longo prazo (Oliveira; Haro; Martins, 2024).
2. Modelo e Inspiração – Empresas certificadas são vistas como referências que podem induzir outras a práticas sustentáveis (Bussler et al., 2023).
3. Sustentabilidade Local – Quatro respostas destacaram benefícios diretos ao ambiente e ao desenvolvimento de Alegrete (Romão et al., 2023).

4. Benefícios Econômicos – Cinco respostas associaram a certificação a incentivos fiscais, redução de custos e maior competitividade (Dias, 2021).
5. Estrutura e Apoio Governamental – Duas respostas destacaram a necessidade de políticas públicas mais claras e apoio técnico-financeiro às empresas (Oliveira; Haro; Martins, 2024).
6. Importância Genérica – Seis respostas reconheceram a relevância da certificação sem detalhamento técnico, reforçando seu valor simbólico (Bussler et al., 2023).

Essas categorias demonstram que, embora o empresariado local valorize a certificação ambiental, ainda existem lacunas em termos de estrutura governamental e incentivos.

## 5 CONCLUSÃO

A criação da certificação ambiental “Empresa Sustentável” em Alegrete/RS evidencia a relevância das percepções empresariais na formulação de políticas públicas. A análise de conteúdo revelou tanto o reconhecimento simbólico quanto a expectativa de benefícios econômicos e sociais da certificação.

O estudo reforça a necessidade de ampliar os incentivos governamentais, de forma a viabilizar a adesão das empresas e consolidar uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade. Além disso, demonstra que políticas locais podem alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fortalecendo a governança ambiental e a competitividade empresarial.

A experiência de Alegrete pode servir de referência para outros municípios interessados em implementar certificações ambientais locais, promovendo cidades mais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BUSSLER, N. R. C. et al. Responsabilidade social e governança corporativa: perspectivas de gestão socioambiental. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 10, n. 2, p. 45–62, 2023.
- BUCCI, M. *Políticas públicas: reflexões sobre sua prática*. São Paulo: Saraiva, 2022.
- DIAS, L. C. Desenvolvimento regional e sustentabilidade: mapeando o potencial verde do estado do Espírito Santo em 2018. *Informe Econômico (UFPI)*, v. 42, n. 1, 2021.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando os significados. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017.
- FERREIRA, J. Marketing verde e *greenwashing*: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 23, n. 1, p. 55-71, 2024.
- FRANÇA, C. et al. Certificação ambiental e responsabilidade socioambiental. *Revista de Gestão Ambiental*, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2019.
- MACEDO, A. et al. ESG e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 26, n. 4, p. 987-1002, 2022.
- MASTRODI, J.; BATISTA, W. Cidades (in)sustentáveis e a nova agenda urbana. *Espaço Jurídico Journal of Law*, v. 22, n. 2, p. 331-350, 2021.
- MEIRELLES, F. et al. Marketing verde e certificação ambiental: práticas empresariais no Brasil. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 21, n. 2, p. 33-49, 2022.
- OLIVEIRA, E. A. B.; HARO, G. P. B.; MARTINS, J. D. D. Responsabilidade socioambiental corporativa. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 1–25, 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *A ONU e o meio ambiente*. Brasília: Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PENNA, L. et al. Sustentabilidade corporativa e ODS. *Revista Brasileira de Estratégia*, v. 15, n. 1, p. 11-28, 2022.

ROMÃO, B. J. P. et al. Responsabilidade social corporativa e ODS à luz da teoria da legitimidade. *ConTexto*, v. 23, n. 54, p. 97–114, 2023.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage, 2019.